

# “E NÓS SOMOS O QUÊ?”: RAZÕES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE TERREIROS DE RELIGIÃO E CULTURA DE MATRIZ AFRICANA (ASTERCMA) EM IMPERATRIZ-MA

*Data de aceite: 28/03/2023*

### **Polyana Almeida Frota**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA- Imperatriz).

### **Rogério de Carvalho Veras**

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), Campus Imperatriz, e do Mestrado Profissional em Ensino de História, Campus São Luís, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Audiência Pública dos Povos de Terreiros realizada na Câmara Municipal de Imperatriz (11/11/2021), fiz entrevistas e conversas informais com a presidência da associação, coleta de alguns documentos e participei de grupos de WhatsApp. Teoricamente, aponto alguns autores importantes para pensar as religiões afro-brasileiras como Reginaldo Prandi, Sérgio Ferretti, bem como autores locais que já escreveram sobre a Umbanda de Imperatriz e tendo em vista esse movimento dos povos de terreiros ou povos subalternizados, dialogo com autores da Teoria dos Movimentos Sociais como James Scott, e Enrico Paternostro Bueno da Silva. Alguns apontamentos conclusivos mostram que a ASTERCMA se mobiliza desde a organização de seus eventos públicos em lugares de maior notoriedade, articula programações com a presença de autoridades políticas e da universidade, subvertendo assim a invisibilidade que é imposta aos povos de terreiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** ASTERCMA. Povos de Terreiros. Umbanda. Movimentos Sociais. Imperatriz-MA.

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo conhecer as razões que motivaram a fundação da Associação de Terreiros de Religião e Cultura de Matriz Africana de Imperatriz-MA (ASTERCMA) e busca saber como essa associação organiza a resistência dos povos de terreiros em Imperatriz. A fim de alcançar tal objetivo passei por pontos considerados indispensáveis para a estruturação desse trabalho que são: um breve percurso histórico sobre as religiões afro-brasileiras, apontando informações sobre a presença dessas religiões no Maranhão, bem como na cidade de Imperatriz para, por fim, falar da ASTERCMA. Para tanto busquei participar de momentos coletivos como a Primeira

## INTRODUÇÃO

Queriam nos barrar pra não fazer o nosso evento na Beira Rio só pelo fato que era um dia de domingo, e lá a sociedade ia está lá. Então, muitas vezes nós nos ocultamos de tudo porque há preconceito, o preconceito tá vindo (não falo de todos e nem vim aqui para ofender, vim aqui para pedir ajuda e socorro) das autoridades, porque é de denominação de religião diferente, tem um vê diferente. (Mãe Léia Alves, 2021, em Audiência Pública na Câmara Municipal de Imperatriz-MA).

O presente artigo tem como objetivo conhecer as razões que motivaram a fundação da Associação de Terreiros de Religião e Cultura de Matriz Africana de Imperatriz-MA (ASTERCMA) e busca saber como essa associação organiza a resistência dos povos de terreiros em Imperatriz. A fim de alcançar tal objetivo passamos por pontos considerados indispensáveis para a estruturação desse trabalho que são: um breve percurso histórico sobre as religiões afro-brasileiras, apontando informações sobre a presença dessas religiões no Maranhão, bem como na cidade de Imperatriz para, por fim, falar da ASTERCMA.

Para tanto ao lado da pesquisa bibliográfica, participei<sup>1</sup> de momentos coletivos como a Primeira Audiência Pública dos Povos de Terreiros realizada na Câmara Municipal de Imperatriz-MA, intitulada de “Audiência Pública: reivindicações dos Povos de Terreiros da Região Tocantina” (11/11/2021), a mesma foi tanto presencial como transmitida pelo canal do YouTube da Câmara Municipal<sup>2</sup>. Participei do “Encontro de Terreiros Imperatriz” que foi realizado na Beira Rio de Imperatriz-MA (14/11/2021) “em comemoração ao dia da Umbanda e a semana da Consciência Negra – africanização do direito a liberdade religiosa”, assim dizia o card/convite divulgado nas redes sociais<sup>3</sup>.

Participei ainda de momentos como a “Plenária com Terreiros de Imperatriz: equipe de certificação e mapeamento de terreiros da Secretaria de Igualdade Racial- SEIR” que aconteceu dia 14 de dezembro de 2021, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz. Foram entregues alvarás de funcionamento aos pais e mães de santos de Imperatriz e região, essa foi uma das conquistas da Associação de Terreiros de Cultura e Religião de Matriz Africana (ASTERCMA)<sup>4</sup>. Estive presente nos dois dias (02 e 03 de abril/2022) de formação que aconteceu no auditório da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus Imperatriz-Ma, no centro. Esse momento foi intitulado de “Procedimento de Emissão de CNPJ e Legalização de Terreiros”, em suma, se tratou de “orientações básicas

---

1. As experiências de campo narradas em primeira pessoa dizem respeito à autora, Polyana Frota

2. Esta audiência foi transmitida através dos links: <https://youtu.be/-NL0C1d4uJM> ; <https://youtu.be/qkF-37hH25I>.

3. Um dos principais meios de divulgação pública dos eventos da ASTERCMA fica disponível em sua página do Instagram. O card/convite do “encontro de terreiros Imperatriz” está disponível no link: <https://www.instagram.com/p/CWMV07Dvmof/?igshid=NzNkNDdiOGI=>

4. A partir de agora, neste texto, usarei quase sempre a sigla ASTERCMA.

sobre como participar dos editais culturais tradicionais e de programas de fomento”<sup>5</sup>, e foi ministrado por funcionários da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão (SEDIHPOP), vindos de São Luís-MA.

Particpei do encontro promovido pela ASTERCMA chamado “Povos de Terreiros em Diálogo: uma conversa sobre acolhimento e respeito às diversidades étnicas, religiosas e sexuais”; aconteceu no auditório da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no dia 21 de junho de 2022, também contando com a presença tanto da SEDIHPOP como de outras autoridades da cidade de Imperatriz. Estive em reuniões da direção da associação, mantendo conversas informais e entrevistas com a presidência da mesma, recebi o convite para ajudar na comunicação desta associação e assim estou inserida nos grupos de WhastsApp, tanto dos povos de terreiros como da direção da ASTERCMA. Foi-me concedido documentos como “Ata de Fundação”, “Mapeamento de Terreiros cadastrados à ASTERCMA até a renúncia da primeira presidente, Mãe Leia Alves” e ficha cadastral de CNPJ da associação.

Ainda nesse caminho metodológico, fiz registro fotográfico e produção de vídeos dos momentos que participei. Gostaria de deixar claro que nesta proximidade com a associação tive acesso a algumas informações que não poderão estar neste trabalho, são informações de níveis confidenciais e delicadas, faço isto para não comprometer meus interlocutores e o campo de pesquisa no qual estou inserida. É necessário observar que a fala dos interlocutores está tal qual eles disseram.

Como referencial teórico se fez necessário trazer autores como Reginaldo Prandi (1998) e Sérgio Ferretti (2005) na intenção de traçar um percurso histórico das religiões afro-brasileiras desde o início, trazendo algumas informações sobre elas no Maranhão, bem como autores locais como Karoline Sousa Costa e o filho de santo Ugo Leonardo Araújo Dias para apontar dados sobre essas religiões na cidade de Imperatriz. Então, somente depois, escrever sobre a história da ASTERCMA, a fim de conhecer as razões que motivaram esse movimento dos povos de terreiros no esforço de buscar saber como se dá essa forma de resistência.

Neste intento este trabalho dialoga com autores importantes da Teoria dos Movimentos Sociais como James Scott (2013), sobretudo com seu conceito de “Discursos ocultos” e “Infrapolítica”, e Enrico Paternostro Bueno da Silva (2017) sobre o papel das “emoções nas lutas sociais”. Destacamos ainda a contribuição de Laryssa Aryane Lima e Jesus Marmanillo Pereira (2021) que já escreveram sobre os primeiros passos da ASTERCMA.

---

5. Conforme divulgado no card disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXWQPFoulvx/>

O presente texto se divide em três partes e uma conclusão, são elas: “Religiões afro-brasileiras e afro-maranhenses: breve percurso histórico”, seguida da parte onde trato das “Religiões afro-brasileiras em Imperatriz-MA” a partir de autores que já construíram trabalhos científicos sobre esse assunto na cidade, e como terceira parte, falo especificamente sobre a ASTERCMA: como e por que começou? Por fim, concluímos observando de que forma essa associação organiza a resistência dos povos de terreiros em Imperatriz-MA.

### **Religiões afro-brasileiras e afro-maranhenses: breve percurso histórico**

São religiões de procedência africana. Sabemos que o continente africano, com mais de 30 milhões de km<sup>2</sup>, possui quase o dobro da superfície da América do Sul (que tem 17 milhões de km<sup>2</sup>) e mais que o dobro da população (a África tem mais de 700 milhões de habitantes e América do Sul tem cerca de 350 milhões de habitantes). A África tem mais de 50 países nos quais são falados cerca de dois mil idiomas. Tais números dão uma pálida idéia da complexidade do continente africano. As religiões de origens africanas procedem de diversas regiões da África, acrescidas de elementos europeus e ameríndios. Sabemos que a África é um continente com numerosas nações e etnias. Há muitas culturas e religiões africanas que vieram para o Brasil e para o Maranhão. É difícil identificar suas origens com exatidão. (FERRETTI, 2005, p. 1)

Os cultos africanos no Brasil se transmutam, iniciam com reverência aos antepassados e depois quando as famílias escravizadas foram separadas, devido ao contexto escravocrata, as coisas mudam e a relação com o sagrado também: “quando as estruturas sociais foram dissolvidas pela escravidão, os antepassados perderam seu lugar privilegiado no culto, sobrevivendo marginalmente no novo contexto social e ritual” (PRANDI, 1998, p. 153). Assim são inseridas deidades ligadas aos elementos da natureza, “os orixás, divindades de culto genérico, essas sim vieram ocupar o centro da nova religião negra em território brasileiro” (PRANDI, 1998, p. 154), e de onde exatamente procedem essas religiões?

As religiões que vieram da África para o Brasil, procedem, sobretudo da África Sudanesa – da região em torno da linha do Equador: dos atuais países do Togo, Benin e Nigéria, trazidas pelos povos Jejes, Nagôs, Minas, Tapas, Haussás e também por outros localizados mais ao Norte como os Felupes e Bijagós da Guiné Bissau e os Mandingas do Senegal. Há ainda pouca documentação histórica comprovada pois os estudos sobre o tráfico são ainda incipientes no Maranhão e no Brasil. Muitos vieram também da África ao sul do Equador – dos povos Banto, do países do Congo e Angola, entre os quais os Cambinda, Kikongo, Kibundo e outros. (FERRETTI, 2005, p. 4)

Em terras brasileiras essas religiões são forjadas num contexto em que era válida somente a religião do homem branco, e que ser cristão católico seria a maneira de “inclusão no mundo branco. E logo a significar o imperativo de ser, sentir-se e parecer brasileiro. Os negros não podiam ser brasileiros sem ser ao mesmo tempo católicos” (PRANDI, 1998,

p. 154). Era, sobretudo, “o catolicismo do senhor a única fonte possível de ligação com o mundo coletivo projetado para fora do trabalho escravo e da senzala” (PRANDI, 1998, p. 154).

Antes de serem embarcados nos navios negreiros, ainda na África, os escravos eram batizados e introduzidos nas práticas rituais da Igreja Católica. Quando não, a inclusão compulsória no catolicismo fazia-se no desembarque. Desse modo, os negros que instituíram no Brasil as religiões afro-brasileiras eram, por força da sociedade da época, e da lei, também católicos. Acabaram por estabelecer paralelos entre as duas religiões, identificando, por meio de símbolos ou patronagens comuns, orixás com santos católicos e Jesus Cristo. (PRANDI, 2011, p. 13)

No entendimento de Reginaldo Prandi (1998), a história das religiões afro-brasileiras se divide em três momentos, o primeiro deles está nessa perspectiva abordada até aqui (neste tópico) e que ele vai alinhar ou chamar de sincretismo, para ele “as religiões afro-brasileiras, em suas origens, sempre foram devedoras e dependentes do catolicismo, ideológica e ritualmente” (PRANDI, 1996, p. 154). O segundo momento das religiões afro-brasileiras é o que o autor em questão vai chamar de “branqueamento, na formação da umbanda nos anos 20 e 30” (PRANDI, 1998, p. 152).

Nesse período em que nasce a umbanda no “Rio de Janeiro, em meados dos anos 1920” (PRANDI, 1998, p. 156), essa religião totalmente brasileira surge “como dissidência de um kardecismo que rejeitava a presença de guias negros e caboclos, considerados pelos espíritas mais ortodoxos como espíritos inferiores” (PRANDI, 1998, p. 156). E não só isso, mas com a “umbanda iniciou-se vigoroso processo de valorização de elementos nacionais como caboclo e preto velho, que são espíritos de índios e escravos” (PRANDI, 1998, p. 156). Nisto a umbanda desponta retrabalhando “elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um estamento negro que se diluía e se misturava aos brancos pobres na constituição das novas classes sociais numa cidade, então a capital federal, que era branca” (PRANDI, 1998, p. 156).

Como terceiro momento, Reginaldo Prandi vai trazer a africanização, que é a “transformação do candomblé em religião universal, isto é, aberta a todos, sem barreiras de cor ou origem racial... a partir dos anos 60” (PRANDI, 1998, p. 152). Nas religiões afro-brasileiras há uma diversidade de denominações, diz Ferretti:

Umbanda no Sul; Candomblé na Bahia; Xangô em Pernambuco, Batuque no Pará e no RGS; Tambor de Mina, Casas de Mina, em S.Luís e na Amazônia; cura ou pajelança, em Cururupu e na Baixada; Terecô em Codó. Existem estas e muitas outras denominações nas chamadas religiões afro-brasileiras, com diferenças e variações no repertório dos rituais (cânticos, danças, entidades cultuadas, vestes, instrumentos, etc.). (FERRETTI, 2005, p. 1)

Seguindo ainda os rastros deste antropólogo, as religiões afro-brasileiras “são muito difundidas no Brasil e especialmente no Maranhão, um dos estados onde foi maior a presença negra no país” (FERRETTI, 2005, p. 1). Essas religiões “sofrem preconceitos até hoje, como herança de escravos, feitiçaria, embora haja presença de numerosos praticantes brancos” (FERRETTI, 2005, p. 2), e o que contribui também para o preconceito, segundo Prandi (1998), é que a religião chamada dos orixás, traz sobre ela um ar de secreto, de mistérios, o que acaba por povoar o imaginário popular como se isso fosse um risco, um perigo.

O sincretismo é um “elemento essencial de todas as formas de religião” (FERRETTI, 1998, p. 195), porém, neste trabalho, faço destaque sobre o seu papel como forma de resistência, me referindo especificamente às religiões afro-brasileiras. O contexto histórico acima apresentado, mostra que “o sincretismo afro-brasileiro foi uma estratégia de sobrevivência e de adaptação, que os africanos trouxeram para o novo mundo” (FERRETTI, 1998, p. 188), e ainda mais, ele “foi uma estratégia de sabedoria” (FERRETTI, 1998, p. 189). Esse antropólogo baseado em outros autores vai comparar o sincretismo ao quilombo em se tratando de resistência, diz ele:

Estas comunidades de mocambos e quilombos próximas dos grandes centros urbanos, como ocorreu com muitas outras em diversas regiões do país, afasta-nos da visão idealizadora dos quilombos embrenhados nas florestas e marginalizados. Da mesma forma, o sincretismo, operando convivência entre religiões africanas e o catolicismo popular, leva-nos a considerar a importância da resistência diuturna das religiões afro-brasileiras em relação ao catolicismo. A compreensão entre o processo vivenciado pelos quilombos próximos aos grandes centros e o sincretismo religioso, parece-nos sugestiva e reveladora a respeito da sobrevivência cultural que ambos estes fenômenos representam. (FERRETTI, 1998, p. 192)

Muito embora o antropólogo Ferretti (1998) traga autores que discordam do sincretismo, e que não raramente é visto até como uma “palavra maldita”, isso acaba sendo resultado mais de preocupações exageradas de alguns líderes e intelectuais, segundo ele, do que do próprio povo das práticas populares. Esses intelectuais falam de uma “identificação ambígua entre santos e orixás” (FERRETTI, 1998, p. 186), Ferretti insiste que não há confusão, pois “os devotos dos voduns e dos santos não confundem um com o outro” (FERRETTI, 1998, p. 186), ele continua a dizer que “provavelmente no passado, esta devoção teria se originado na estratégia de aceitar a dominação, como forma possível de sobrevivência numa sociedade opressora” (FERRETTI, 1998, p. 186). Isso nos faz lembrar os “discursos ocultos” de James Scott (2013), onde afirma que os subalternos silenciavam ante as ordens dos opressores, mas ocultamente elaboravam suas formas de resistências, sobre isto falaremos mais adiante.

As religiões afro-brasileiras são compostas por rituais que incluem tambores e danças, “são religiões não apostólicas, não de pregação ou de discursos, mas fala ao pé do ouvido, da oralidade e não de livros” (FERRETTI, 2005, p. 2). Essas religiões não são de exclusão, mas, inclusão. São abertas e aceitam todas as gentes, “são tolerantes com outras práticas religiosas, aceitam as outras como diferentes, mas não contraditórias” (FERRETTI, 2005, p. 2). São religiões “iniciáticas, de transe ou possessão, que cultuam entidades sobrenaturais, consideradas semelhantes aos santos católicos... são entidades protetoras, intermediárias entre os devotos e o Deus superior” (FERRETTI, 2005, p. 3).

É interessante notar que “a maioria dos participantes são mulheres, muitas casas tradicionais só mulheres participam inteiramente de todos os rituais, entram em transe e dançam” (FERRETTI, 2005, p. 3) e que “é comum a homossexualidade entre membros do culto, como em muitas outras religiões ou atividades que incentivam a sensibilidade, mas não é uma prática estimulada” (FERRETTI, 2005, p. 3). As religiões afro-brasileiras, nessa imensa diversidade, “não possuem uma organização eclesiástica unificada. Cada casa é única... os grupos afro-religiosos são autônomos” (FERRETTI, 2005, p. 3).

Para aproximar ainda mais o leitor ao próximo tópico, colocamos algumas informações sobre o estado do Maranhão ou das religiões afro-maranhenses<sup>6</sup> onde segundo os dados de Ferretti, em 2005, funcionavam:

Duas casas de tambor de mina fundadas por africanos em meados do séc. XIX, a Casa Grande das Minas Jeje, da Rua de São Pantaleão e a Casa de Nagô, da Rua das Crioulas. Ambas possuem mais de 150 anos de funcionamento, como poucos terreiros mais antigos do Brasil e encontram-se em processo de declínio e extinção que parece inexorável, talvez pela dificuldade de adaptação aos novos tempos, pois ambas são muito ciosas na preservação dos segredos do culto. Funcionam também em S.Luís mais duas ou três outras casas fundadas em fins do séc. XIX e inícios do séc. XX, com mais de um século de funcionamento. Ao longo do séc. XX foram surgindo numerosos outros grupos, sobretudo a partir da década de 1950 e com a difusão dos rituais de umbanda em todo o país. Todos preservam em geral o estilo de rituais da Casa de Nagô, uma vez que a Casa das Minas, embora exerça até hoje grande influência, é única e não possui casas filiadas. (FERRETTI, 2005, p. 4)

---

6. Religiões afro-maranhenses é um conceito abordado no trabalho de Sérgio Ferretti (2005) e, segundo nosso entendimento, esclarecido por Mundicarmo Ferretti (2008). Em se tratando das religiões afro-brasileiras, cada região tem suas particularidades. “Entre as denominações religiosas afro-brasileiras mais antigas e conhecidas podem ser citadas: o candomblé da Bahia, o xangô de Pernambuco, o batuque do Rio Grande do Sul e tambor-de-mina do Maranhão. (FERRETTI, 2008, p. 1), sendo assim o termo religiões afro-maranhenses inclui principalmente a mina, pois “o Tambor de mina é a manifestação religiosa afro-brasileira típica do Maranhão. Surgiu em São Luís antes da abolição da escravidão (ocorrida em 1888)” (FERRETTI, 2008, p. 2). Mesmo tendo origem em São Luís, a mina saindo da capital foi “levada para as cidades litorâneas e do interior do estado, onde se integrou a tradições religiosas locais. Apesar de possuir características próprias, o tambor de mina foi sincretizado com o terecô (tradição afro-brasileira desenvolvida em Codó, no interior do estado)” (FERRETTI, 2008, p. 2), e ainda foi integrado à “cura (pajelança maranhense), com a macumba, tradição afro-brasileira proveniente do Centro-Sul e com a umbanda, bastante influenciada por essa última, e, mais recentemente, com o candomblé, tradição afro-brasileira surgida na Bahia, hoje amplamente difundida no Brasil” (FERRETTI, 2008, p. 2).

Ferretti (2005) traz a dificuldade de saber com exatidão quantos terreiros existem em São Luís, ele faz uma estimativa de que existam, segundo algumas informações, entre quinhentas a mil casas de culto. É difícil especificar, até porque “a maioria dos grupos de culto se disfarça como casas residenciais, para fugir aos estigmas da perseguição policial que sofreram por muito tempo” (FERRETTI, 2005, p. 4). Antes de adentrarmos às religiões afro-brasileiras na cidade de Imperatriz, faz-se necessário observar que:

No Maranhão os terreiros realizam rituais de tambor de mina, outros são de umbanda e alguns de candomblé, difundido nos últimos vinte anos. As diferenças entre estas denominações não são rígidas e os praticantes não se preocupam muito com elas ou com a ortodoxia, que parece preocupar mais os estudiosos interessados em estabelecer uma tipologia dos grupos de culto que nem sempre é rígida. Muitas vezes é difícil distinguir porque uma casa se diz de Umbanda ou de Mina, embora haja especificidades em ambos os cultos. Uma delas é que em terreiros de umbanda quase nunca vemos a realização de festas em louvor ao Divino Espírito Santo, que são comuns nos terreiros de mina. Muitos caboclos da mina baixam também nos terreiros de umbanda (como dona Mariana, Baiano Grande, caboclo Ubirajara, dona Rosalina, seu Tapindaré, seu José Tupinambá, o Rei da Bandeira, Menina da Ponta d'Areia etc). Uma das razões da diferença entre uma ou outra destas tradições é a origem da preparação do líder do culto: se ele foi preparado na mina, na cura, ou na umbanda ou no candomblé. Fala-se que no Maranhão a Umbanda é cruzada com a Mina, isto é, possui elementos do tambor de mina. (FERRETTI, 2005, p. 1)

Não obstante toda essa gama de informações, “existe ainda no Maranhão grande número de entidades africanas cujas origens não são bem estabelecidas” (FERRETTI, 2005, p. 6).

## **RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM IMPERATRIZ-MA**

Falando em Maranhão, chegamos à Imperatriz<sup>7</sup>, localizada na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, segunda maior cidade do estado do Maranhão e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último Censo (2010) tinha uma população de 247.505, estimando em 2021 uma média de 259.980 habitantes<sup>8</sup>. Imperatriz tem o predomínio das religiões cristãs (Católicas e Pentecostais, 78%), enquanto nas religiões Afro-brasileiras o número é bem pequeno (44 pessoas somando Umbanda e Candomblé)<sup>9</sup>. Essa informação do censo é desproporcional à realidade, vejamos que mesmo não tendo informações exatas sobre os números de pertencentes dessas religiões,

7. “A fundação de Imperatriz se deu em 16 de julho de 1852, três anos depois da partida da expedição que saiu do porto de Belém, em 26 de junho de 1849. Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, capelão da expedição, foi o fundador da povoação, que recebeu inicialmente o nome oficial de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins. Depois de quatro anos, em 27 de agosto de 1856, a lei n.º 398 criou a Vila de Imperatriz, nome dado em homenagem à imperatriz Tereza Cristina”. fonte: <https://imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>. Acesso em 10/09/2022.

8. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/imperatriz.html>

9. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/23/22107>



alguns dados confirmam essa disparidade entre o censo e a comprovação de alguns pesquisadores como veremos a seguir.

Podemos apontar pelo menos dois motivos pelos quais esses dados são tão distantes do real: um deles pode ser pela própria questão histórica e sincrética que já vimos anteriormente, de que para essas religiões não é incomum ser afro-religioso e ser católico ao mesmo tempo, ou melhor, “o afro-brasileiro é ao mesmo tempo católico e praticante de outras religiões” (FERRETTI, 1998, p. 193). Outro motivo também já sinalizado acima, pode ser “por questões de preconceito e discriminação que incide sobre os pertencentes a elas (religiões afro-brasileiras), pois existe receio na autodeclaração junto ao recenseador, havendo muitos afro-religiosos que se identificam como católicos” (LIMA, 2022, p. 6).

Em relação a dificuldade de catalogar as casas de religiões afro-brasileiras, Imperatriz não foge à regra, no trabalho de Clímaco e Rocha (2012) é apontado a existência de cerca de vinte a trinta terreiros. Em 2019, o Trabalho de Conclusão de Curso de Karoline Sousa fez o esforço de mapear os terreiros de Imperatriz e apontou dezessete terreiros. Ainda nesse mesmo ano, a pesquisa do filho de santo, Ugo Leonardo Dias, sinaliza para um número de vinte terreiros, ele diz:

O município de Imperatriz não possui mapeamento dos terreiros e tão pouco possui dados oficiais a respeito da quantidade de casas religiosas de matriz africana no município. Porém, de acordo com o levantamento realizado na pesquisa de campo e em um grupo de WhatsApp, Imperatriz conta com aproximadamente **20 terreiros**, sendo apenas dois deles de candomblé. (DIAS, 2019, p. 11, **grifo nosso**)

Segundo a pesquisa de Ugo Leonardo Dias, desses vinte terreiros são: “18 de Umbanda e 02 de Candomblé” (DIAS, 2019, p. 37) Este autor, que também é pertencente dessas religiões, ressalta que “no município de Imperatriz a Umbanda e Candomblé se misturam, e juntamente com a forte influência do Kardecismo, Catolicismo, Pajelança dão origem a uma ‘nova religião’: o Terecô” (DIAS, 2019, p. 37)<sup>10</sup>.

O autor explica ainda que mesmo havendo a prática do Terecô, os sacerdotes e sacerdotisas de Imperatriz “tendem a afirmar que se tratam de terreiros de umbanda e/ou de candomblé. Terecô seria apenas os toques de tambores, os rituais dançantes, com as manifestações dos encantados, caboclos, voduns, orixás, pretos velhos, etc.” (DIAS, 2019, p. 37). A partir de informações coletadas através do levantamento feito por Dias (2019, p. 36-37), elaborei uma tabela com a disposição de terreiros por bairro, em Imperatriz:

---

10. Terecô, também conhecido como tambor de mina e/ou tambor da mata, é uma religião afro-brasileira tradicional de Codó, cidade do interior do Maranhão, tendo surgido provavelmente em fins do século XIX. (DIAS, 2019, p. 37)

Bairro	Quantidade terreiros de Umbanda	Quantidade terreiros de Candomblé	Total
Bairro Bom Sucesso	3	1	4
Bairro Santa Inês	1		1
Bairro Vila Macedo	3	1	4
Bairro Vila Machado	1		1
Bairro Nova Imperatriz	2		2
Bairro Bacuri	1		1
Bairro Vila Nova	2		2
Bairro Bom Jesus	1		1
Bairro Vila Airton Senna	1		1
Bairro Vila Redenção	1		1
Bairro Vila JK	1		1
Bairro Lagoa Verde	1		1
Total de Terreiros em Imperatriz-MA			20

A cidade conta com mais de cem bairros<sup>11</sup> e doze destes, como podemos observar na tabela acima, tem a presença das religiões afro-brasileiras, sendo que os bairros Bom Sucesso e Vila Macedo, com maior número de terreiros (quatro terreiros cada um), são também os únicos a ter terreiros de Candomblé, segundo os dados. Não se pode deixar de notar que geograficamente esses bairros são localizados quase em sua maioria na periferia da cidade.

Em sua pesquisa, Ugo Dias constata: “nenhum dos terreiros pesquisados possui CNPJ” (DIAS, 2019, p. 38). Pensar nessas legalizações foi sua grande preocupação enquanto formando do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, seu trabalho para isto se intitulou: “O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO JURÍDICA DOS TERREIROS DE UMBANDA/CANDOMBLÉ DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA”. Esse assunto se mostra muito caro para estas religiões em Imperatriz, pois a ASTERCMA nasce com esse grande anseio de legalização dos terreiros do ponto de vista jurídico e para isto vai se articular desde a organização de eventos, como buscar apoio do poder público, não só para legalizar suas casas, mas também assegurar seus direitos constituídos por lei.

## **ASTERCMA: RAZÕES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO**

Tendo em sua agenda essas demandas no âmbito da legalidade dos terreiros em Imperatriz, as dificuldades em catalogá-los, a necessidade de lutar por seus direitos, por

11. Fonte: <https://www.guiamais.com.br/bairros/imperatriz-ma>

reconhecimento, contra o racismo, sobretudo o racismo religioso, por igualdade racial e incluir em suas pautas apoio à comunidade LGBTQI+, assim nasce a ASTERCMA, “A ASTERCMA veio a ser fundada praticamente por um grito de socorro dos irmãos” (Mãe Léia, entrevista em 17/09/2022).

A ASTERCMA é um movimento que vem lutar pelos direitos do povo de terreiro, pela igualdade racial, por tudo que envolve o bem estar do ser humano e espiritual, que leve a paz, e ajudar as pessoas, e lutar por esse preconceito religioso que vem vindo cada dia mais a gente quebrando o tabu aqui e acolá, a gente sabe que é uma coisa que a gente não vai como eu sempre falo com meus pretos, não vamos tirar o chicote de uma vez da mão do pessoal, mas a gente pelo menos vai criando uma defesa, um escudo, onde a gente vai entrando com nossos direitos diante de constituição que existe, e a gente tá nessa luta. (Mãe Léia, entrevista em 17/09/2022)

Ao fazer parte de grupos de WhatsApp, percebi que antes do pontapé inicial da associação, já havia conversas entre pessoas dessas religiões de que era preciso reagir publicamente em prol dos povos de terreiros. Desta forma, já manifestavam insatisfações diante dos vários preconceitos sentidos, desde um tambor que às vezes não podia ser tocado, a farda<sup>12</sup> que não pode ser usada na rua e seus direitos desrespeitados. Pensando nisto e tendo em vista a teoria de Scott (2013), em se tratando do poder dominante que humilha, segrega e hostiliza, vemos que os meios de luta estavam sendo vagorosamente elaborados, mesmo não se manifestando publicamente, essas pessoas já conversavam entre si sobre essas situações.

Lembro-me de um evento que estava participando junto com os povos de terreiros e tive que vir em casa buscar um café para servir aos convidados, e assim poder ajudar à coordenação do evento. Um filho de santo veio comigo comprar os biscoitos, chegando, fui fazer o café e ele foi ao supermercado que fica praticamente de frente à minha casa, ele estava saindo quando se virou, deu passos atrás e colocou em minhas mãos sua guia (colar de sua religião) que acabara de tirar do pescoço, e disse ter medo do preconceito das pessoas se o vissem assim.

Outra vez fazendo pesquisa de campo em um terreiro, a mãe da casa havia me deixado à vontade para fotografar, filmar, entrevistar as pessoas. Quando estou fotografando a festa, duas jovens cobriram o rosto e me pediram para eu não postar as fotos delas vestidas de umbandistas (por questão de ética, eu jamais posto em redes sociais fotos do meu campo de pesquisa), disseram que estudavam e o povo de sua escola era preconceituoso e intolerante. Situações assim acontecem a todo o momento.

A fala da Mãe Léia, citada acima, sobre as motivações de criar a associação, mostra a tensão que há entre grupos que são subjugados, desfavorecidos e marginalizados (os

---

12. Roupas usadas que caracterizam também as religiões afro-brasileiras.

povos de terreiros, nesse caso) com os grupos daqueles que são dominadores (religiões dominantes, poder público); fazendo-se necessário juntar pessoas de outros grupos (associação, universidade etc.), criar parcerias e chegar a promover momentos de manifestações públicas.

Scott (2013) afirma que, ao contrário daquilo que é costumeiramente pensado de que os subordinados permanecem em silêncio e passivos perante os dominadores, sem fazer nada, bem ao contrário disso, há uma espécie de resistência que mesmo não verbalizada, ela está presente de várias maneiras nos grupos dominados. Mesmo agindo com deferência, às vezes planejam a resistência longe da vista do dominador, ou como ele mesmo diz “ocultos”. Nesse sentido, a teoria de James Scott nos ajuda a pensar que ao buscar apoio e conversar com pessoas da universidade, de outros grupos e autoridades, mostra como essa resistência foi elaborada, construída e articulada.

Em outras palavras, isto nada mais é do que maneiras de resistir aos comportamentos opressivos de uma sociedade intolerante, e ela, Mãe Léia, é mais do que ciente de que é preciso ir construindo passos e elaborando maneiras para isto. Chamo à atenção para este trecho de sua fala “[...] não vamos tirar o chicote de uma vez da mão do pessoal, mas a gente pelo menos vai criando uma defesa, um escudo”<sup>13</sup> (Mãe Léia, entrevista em 17/09/2022), e essa “defesa” e esse “escudo” é se apoiar no respaldo da lei e exigir que ela seja cumprida, e que seus direitos sejam respeitados.

A sua fala por meio de metáfora corrobora a afirmação de que “por razões de prudência tática, os grupos subordinados raramente exprimem o seu discurso oculto de modo direto” (Scott, 2013, p. 44). Porém, James Scott (2013) afirma que ao mesmo tempo em que há dominação há também “a arte da resistência”, inevitavelmente isso ocorre porque “as práticas de dominação e exploração geram normalmente insultos e ofensas à dignidade humana, que por sua vez alimentam um discurso oculto de indignação” (SCOTT, 2013, p. 34-35).

AASTERCMA inicia através de uma ação para fazer um movimento em praça pública, a fim de mostrar a cultura dos povos de terreiros de Imperatriz, diz Mãe Léia: “Aconteceu de eu e mais dois rapazes, Marcos Paulo e André que já faleceu, eles falaram, Mãe Léia vamos fazer um Terecô mulher, numa praça, mostrar nossa cultura” (Mãe Léia, entrevista em 17/09/2022), assim começou a articulação para que os “invisíveis” adentrassem ao espaço público nesta cidade:

---

13. Uma metáfora para falar do chicote que anteriormente estava nas mãos dos escravocratas que passou para as mãos do legislativo, daqueles que regem as leis desse país e que acabam por excluir as diferenças e assim continuam a punir esses diferentes, dessa forma me explicou a Mãe Léia.

Eles juntaram-se com representantes da Associação dos Artesãos de Imperatriz (ASSARI) e com a Diretora de Cultura da região Metropolitana de Imperatriz (SECMA)... dialogaram com os professores Jesus Marmanillo, Rogério de Carvalho Veras, Vanda Pantoja e Salvador Tavares sobre a proposta de realização de uma parte do evento do dia nacional de defesa da Umbanda na Universidade Federal do Maranhão. Na ocasião se montou um grupo de whatsapp por meio do qual se articulou uma palestra no auditório no dia 14 de novembro, e a manifestação na Praça, no dia seguinte. (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p. 69).

Esse primeiro evento é anunciado com o “objetivo de combater o preconceito e ampliar o conhecimento a respeito das religiões afro e dos temas sobre cultura de paz” (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p. 69) e foi fruto de “um esforço coletivo de valorização da cultura dos povos de terreiros” (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p. 70) que se dividiu em dois momentos, primeiro foi uma “Roda de Prosa” (14/11/2019) que foi realizada no auditório da Universidade Federal do Maranhão, o segundo momento foi o “Toque para os Orixás” (15/11/2022) que aconteceu na Praça da Cultura<sup>14</sup>.

Após esse primeiro movimento público, Mãe Léia diz: “achamos por bem de fundar uma associação”. De fato, no dia 02 de maio de 2020, foi realizada a reunião de fundação da Associação de Terreiros de Religião e Cultura de Matriz Africana (ASTERCMA) de Imperatriz-MA<sup>15</sup>. Seguiu-se daí um esforço por parte da presidência em promover momentos de lutas por direitos como a “Primeira Audiência Pública dos Povos de Terreiros” na Câmara Municipal de Imperatriz, intitulada de “Audiência Pública: reivindicações dos Povos de Terreiros da Região Tocantina” (11/11/2021), fazendo uso da tribuna, Mãe Léia disse:

Vimos solicitar as autoridades aqui presentes e aquelas que nos escuta nas redes sociais, atenção voltada para nossos centros espíritas de matriz africana e a cultura de povo de terreiro. Vimos solicitar legalização de nossas casas como centros religiosos, com gratuidade nos cartórios e notas de legalização dos terreiros usando da liberdade de culto conforme a lei na Constituição Federal de 1988 que é a liberdade ao culto sem a represália e negatórias preconceituosas de órgãos públicos por falta de legalização judicial (MÃE LÉIA, 2021).

Era necessário agora se organizar legalmente para a luta. Antes desse coletivo de povos de terreiros, existia em Imperatriz a “União Espírita de Umbanda de Imperatriz-MA”, conforme carteirinha de um médio datada de 1983, que obtemos entre os documentos para este trabalho e de levantamento de informações coletadas através de entrevistas, além de perguntas em grupos de WhatsApp. Porém após a morte do seu último presidente,

---

14. “A Praça da Cultura localiza-se na Rua Cononel Manoel Bandeira entre ruas Urbano Santos e Bom Jesus e o próprio nome já sinaliza um processo de disputas relacionadas a posições sociais em diferentes momentos da história da cidade” (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p. 65)

15. Informações postas conforme “Ata de Fundação, Eleição e Posse da Diretoria Biênio 2020/2022”. A cópia desta ata foi um dos documentos repassados pela atual presidência da ASTERCMA para a construção deste trabalho.

esta associação que servia para emitir documentação dos membros das religiões afro-brasileiras nesta cidade, ficou sem um órgão de representatividade legal.

Pretender essa necessidade de organização e olhando esse momento com a leitura de James Scott, é impossível não trazer para esta discussão uma de suas grandes contribuições que é a infrapolítica. Para este autor, a infrapolítica é caracterizada pela “luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias e que está, como raios infravermelhos, para lá da parte visível” (SCOTT, 2013, p. 09). A infrapolítica para Scott é “o cimento da acção humana mais elaborada, através da qual os mais de baixo vão pondo constantemente à prova os limites da dominação e desafiando as suas fronteiras” (SCOTT, 2013, p. 09). Desta maneira, eles estão “travando uma luta de posições próxima da guerra de guerrilha” (SCOTT, 2013, p. 09), onde os discursos elaborados ocultamente nessa organização podem se tornar públicos.

A primeira Audiência Pública dos Povos de Terreiros, realizada na Câmara Municipal de Imperatriz-MA, foi um dos passos para comemorar o Dia Nacional da Umbanda em 2021. Assim como em 2019, a programação foi dividida em dois momentos: O primeiro, “Audiência Pública: reivindicações dos povos de Terreiros da Região Tocantina” dia 11/11/2021, e o segundo momento foi o “Encontro de Terreiros Imperatriz” dia 14/11/2021. Esse evento foi “em comemoração ao dia da Umbanda e a semana da Consciência Negra: africanização do direito a liberdade religiosa”, foi realizado na concha acústica da Beira Rio de Imperatriz, um dos principais lugares da cidade, onde até então somente religiões cristãs haviam utilizado.

Mãe Léia, fazendo uso da tribuna durante esta audiência, desabafou que encontrou dificuldades ao solicitar a autorização legal para usar o espaço da Beira Rio para o evento do seu povo. Ela disse que ao solicitar o local aos órgãos responsáveis (indicando haver ali “secretários evangélicos”), teve a resposta de que não poderiam ceder o local porque “dia de domingo na Beira Rio tinha a presença da sociedade”, ela interrogou: **“e nós somos o quê? Somos sociedade também, somos humanos também, somos religiosos também”**, continuou ela:

Queriam nos barrar pra não fazer o nosso evento na Beira Rio só pelo fato que era um dia de domingo, e lá a sociedade ia está lá. Então, muitas vezes nós nos ocultamos de tudo porque há preconceito, o preconceito tá vindo (não falo de todos e nem vim aqui para ofender, vim aqui para pedir ajuda e socorro) das autoridades, porque é de denominação de religião diferente, tem um vê diferente. (MÃE LÉIA ALVES, 2021)

Não foi muito diferente ao se depararem com várias pessoas na Câmara Municipal, enquanto eu fotografava, ouvi o povo de terreiro ali presente dizer do que ouviram, sobre os cochichos de que ali estavam os macumbeiros, coisas do diabo, entre outros.

Nitidamente o “chicote” continua pujantemente a bater, e se antes ele estava nas mãos dos escravocratas, hoje está nas mãos do legislativo, como explicou Mãe Léia. O chicote está nas mãos daqueles que ditam as leis e as fazem baseadas em suas crenças e em seus valores cristãos, toda essa situação é uma demonstração de que a bancada legislativa não tem abraçado as diferenças religiosas. Se antes os ancestrais dessas religiões eram amarrados ao tronco, hoje se amarra seus direitos, atam seus pés, suas mãos e até a voz, se a sociedade não pode ver uma celebração das religiões afro-brasileiras, se é tida como coisa do mal, que é preciso proteger a “sociedade” disso. E assim, ininterruptamente, o chicote segue castigando.

Tanto é que a Mãe Léia em entrevista falou que as reivindicações que ali foram feitas não foram atendidas, pois ao adentrarem ao espaço público da Câmara Municipal, doze vereadores se retiraram, não esperaram para ouvi-los e apoiá-los, ficando ali somente quatro vereadores e somente essas quatro assinaturas foram insuficientes para que as reivindicações ali feitas fossem atendidas.

Em trabalho anterior afirmo que, “dentre as reivindicações que a presidenta da associação trazia, estava o sofrimento do seu povo, a dor, o preconceito sofrido” (LIMA, 2022, p. 26). Percebemos que Mãe Léia “manifestava em sua fala não só uma situação recente, mas trazia uma memória de discriminação e de resistência que se perpetua até os dias atuais” (LIMA, 2022, p. 26), conforme podemos observar nesse trecho do seu discurso da tribuna:

Pedimos apoio da OAB e aos defensores públicos gratuitos ao nosso povo que tanto sofre preconceito e agressão verbal e até mesmo física (acontece da gente ser agredido nas ruas em alguns eventos) e pedimos também que esses defensores públicos chegassem a nos socorrer, a nos ajudar, nos apoiar gratuitos também ao nosso povo que sofre essas agressões. E o nosso povo se sente impotente diante de uma sociedade racista e preconceituosa com a nossa religião que não nos aceita como religiosos e sim como seitas satânicas, e... os nossos templos ser ocultos ainda, somos um povo que trabalhamos, nós não temos os nossos templos em praças, não é?!, nós temos os nossos templos e todos que aqui estão sabem, ou é do lado da casa dele ou é no fundo do quintal, porque os nossos templos são vistos com muito preconceito diante de toda a sociedade. Os nossos irmãos de terreiros, chamo a atenção das autoridades, que vejam que nem todos vieram, não é porque eles não querem se unir, são pessoas calejadas, são pessoas que já foram agredidas, são pessoas machucadas psicológico, da sociedade preconceituosa, então ainda também pra nós é uma dificuldade juntar o nosso povo e trazer pra rua e trazer diante das autoridades porque eles se sentem impotentes, já foram muito magoados, já foram massacrados pelo preconceito, mas a gente tá aqui, a ASTERCMA fundada dentro de Imperatriz e toda região pra juntar esse povo pra nós dar a nossa voz como cidadãos também. A nossa religião, as nossas casas, nós pregamos a boa conduta, a reverência ao sagrado, e uma boa conforto espiritual a família e o moral. Aceitamos e abraçamos a diversidade de gêneros e apoiamos cada um cuidar de si próprio já que nós

preservamos e pregamos o Espiritismo, os nossos ancestrais [...] pedimos um basta na intolerância religiosa, pedimos também que isso comece com o apoio das nossas autoridades. (Mãe Leia Alves, 2021)

Esta fala da Mãe Léia é um pedido de socorro, e mais do que reivindicações, é uma denúncia diante de tudo que ela sente seu povo vivenciar dia após dia, situações potencializadas num momento político em que se fomenta a intolerância religiosa, a violência, o armamento, de negação da ciência e a fome. Uma das coisas que ela também reclamou foi de que as pessoas das religiões afro-brasileiras em Imperatriz precisavam de assistência, de cestas básicas e que em meio a Pandemia da Covid19 suas casas foram muito prejudicadas, seus templos foram fechados e muitos passaram necessidades sem ter como sustentar suas casas e botar comida na mesa. Em meio a toda essa avalanche de situações degradantes e humilhantes, os povos de terreiros se levantam, resistindo ao contexto catastrófico, social e econômico.

Na tentativa de entender esse contexto trazemos Enrico Paternostro Silva (2017) para dialogar com os motivos pelos quais um grupo como este se une a algo que não está somente no ponto de vista racional ou utilitarista, há de se pensar também sobre o papel da “moralidade e emoções nas lutas sociais” (SILVA, 2017, p. 42). Paternostro Silva articula outros dois autores para falar de moralidade e emoções, são eles: Axel Honneth e James Jasper. Em suma, a questão da moralidade ocorre quando as “formas de desrespeito se encontram na base da emergência da luta social” (SILVA, 2017, p. 45), e para isto é preciso “compreender o papel do sentimento de injustiça para a eclosão da luta” (SILVA, 2017, p. 45). Paternostro Silva explica bem isto:

O desrespeito pode constituir a negação da integridade física – em que a pessoa é privada da livre disposição sobre o seu próprio corpo –, a exclusão estrutural da posse dos direitos fundamentais de uma sociedade – que afeta a capacidade de se conceber como parceiro de interação em condições jurídicas iguais às dos demais indivíduos – ou de negação e desvalorização de formas de vida tidas como inadequadas de acordo com a hierarquia dos valores sociais – que impede o indivíduo de se saber estimado em suas idiosincrasias e habilidades pelo conjunto da sociedade. (SILVA, 2017, p. 45)

O que faz todo o sentido para pensarmos que a luta por reconhecimento motiva pessoas do mesmo grupo a travarem a luta social, mas que para isso acontecer “o impulso desencadeado pelo desrespeito precisa ser convertido em discurso inteligível” (SILVA, 2017, p. 46). Assim, segundo o entendimento de Paternostro Silva, a articulação que acontece entre os indivíduos é imprescindível não somente para unir forças, mas “também porque tal articulação constitui o meio que possibilita a interpretação das experiências de desrespeito enquanto próprias de um grupo” (SILVA, 2017, p. 46) e assim “por conseguinte,



ela se torna um canal indispensável para a circulação de projetos políticos que visem a superação do desrespeito em seus fundamentos” (SILVA, 2017, p. 46).

Na mesma linha e para além da moralidade, este autor, compreendendo Jasper, vai destacar que “as emoções importam para a ação coletiva” (SILVA, 2017, p. 47), para ele é preciso ir mais diante do que a cognição, é necessário, dedicar-se sobre as emoções e não é permitido confundir emoções com sentimentos. Nas emoções se destacam: “o medo, a surpresa, a raiva, o nojo, a alegria e a tristeza... o amor, o ódio, o respeito e a confiança... empatia, orgulho, vergonha, compaixão, ultraje, inadequação” (SILVA, 2017, p. 50).

As emoções, neste caso, são “culturalmente construídas e, portanto, imbricadas à cognição, ainda que não redutíveis a ela” (SILVA, 2017, p. 48), de certa forma é possível controlar as emoções conforme a interação e os significados aplicados em cada contexto, já os sentimentos estaria no âmbito das “sensações naturais que se originam no corpo e estão além do controle de quem experiencia” (SILVA, 2017, p. 48).

Assim sendo, “discursos que incitam a esperança e o entusiasmo, por exemplo, podem promover a ação coletiva, enquanto circunstâncias que induzem ao abatimento e à resignação são desfavoráveis às intenções das lideranças” (SILVA, 2017, p. 50). Observando as conversas de WhatsApp em relação a ASTERCMA, muitas vezes percebo que diante da desmotivação de um membro as “lideranças buscam insuflar otimismo, entusiasmo, acolhida e benquerença mútua entre os participantes” (SILVA, 2017, p. 50), assim eles seguem tanto na luta por reconhecimento em suas individualidades quanto motivando seus membros na constância da luta.

A ASTERCMA, seguindo esse caminho da luta por reconhecimento, realizou ainda em 2021 a “Plenária com Terreiros de Imperatriz: equipe de certificação e mapeamento de terreiros da Secretaria de Igualdade Racial-SEIR”, que aconteceu dia 14 de dezembro de 2021, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz. Lá foram entregues alvarás de funcionamento aos pais e mães de santos de Imperatriz e região. Essa foi uma das conquistas da Associação de Terreiros de Cultura e Religião de Matriz Africana (ASTERCMA), momento em que pais e mães de santos foram aplaudidos, um de cada vez, enquanto recebia a documentação de suas casas (carteirinha de umbandista e alvará de funcionamento), momento de se sentir especial, resultado já da luta travada. Percebia-se a emoção através do sorriso e do contentamento; segundo Paternostro Silva (2017), esses momentos reafirmam a luta e o engajamento.

Não obstante, a carteirinha de umbandista e alvará de funcionamento, é necessário um passo mais longe e para isto aconteceu (02 e 03 de abril/2022) uma formação no auditório da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus Imperatriz-MA, no centro,

esse momento se tratava de “Procedimento de Emissão de CNPJ e Legalização de Terreiros”, onde se tratou de “orientações básicas sobre como participar dos editais culturais tradicionais e de programas de fomento”. Foi ministrado por funcionários da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão (SEDIHPOP), vindos de São Luís-MA. Alguns terreiros já estão conseguindo esse direito e até com projetos para transformar o terreiro em institutos, visando realizar projetos sociais para atender a comunidade de seus bairros.

Em 23 de maio de 2022, Mãe Léia renunciou à presidência da ASTERCMA, reclama que o fez por necessidade de se dedicar com mais ênfase ao seu terreiro e da sua saúde. Na ocasião, o vice-presidente da associação, Clauber Santos, assumiu automaticamente a presidência, contando com o Pai Wátilla Ferreira como seu vice. Sobre a luta travada pela associação, está a dificuldade em conseguir uma sede no centro da cidade. O presidente Clauber Santos várias vezes, tanto em reunião quanto em grupos de WhatsApp, desabafou que o principal empecilho é o preconceito, é a intolerância religiosa.

Recentemente, a ASTERCMA se motivou a colocar os povos de terreiros de Imperatriz a participarem do desfile de 7 de setembro em um pelotão, porém foram severamente barrados, e quanto a isso não tiveram apoio suficiente, ele disse: “se as igrejas desfilam porque a gente não pode desfilar também?”. O que reforça a ideia da dominação e da injustiça é que ao mesmo tempo em que os povos das religiões afro-brasileiras foram impedidos de desfilar, uma escola desta referida cidade apresentou, neste mesmo desfile, uma cena em que uma criança negra, com trajes de escrava, segurava uma sombrinha para uma criança branca desfilar, isto em alusão ao contexto da escravidão e da injustiça histórica sofrida<sup>16</sup>; fingem que é normal, “é só uma representação”, dizem muitos comentários nas redes sociais. De fato, “os grupos dominantes têm geralmente muito a esconder e, normalmente, sabem muito bem como e onde fazê-lo” (SCOTT, 2013, p. 41).

Outrossim:

Todo o uso visível e exterior do poder – cada ordem, manifestação de respeito, hierarquização, organização cerimonial, castigo público ou uso de termos honoríficos ou derogatórios – é um gesto simbólico de dominação que serve para manifestar e consolidar uma ordem hierárquica. (SCOTT, 2013, p. 83)

Sobre a próxima comemoração do dia Nacional da Umbanda, já está sendo articulada em grupos de WhatsApp. A direção da ASTERCMA está organizando reuniões para debater local e programação. Um dos principais animadores do movimento, a quem vou nominar de filho de Oxalá, falou que é preciso manter o local da Beira Rio, pois segundo ele este “é um evento que deve ficar no calendário cultural da cidade porque a gente existe” (FILHO DE

16. A postagem nas redes sociais foi removida, porém segue a Nota de Repúdio emitida pelo Centro de Cultura Negro Cosme: <https://www.instagram.com/p/CiNtS7OgdH/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

OXALÁ, 09/2022). Completa dizendo que “antigamente a gente não era visto e eu acredito que assim como as igrejas evangélicas, as igrejas católicas escolhem os melhores locais a gente também vai ficar com a Beira Rio” (FILHO DE OXALÁ, 09/2022). Estão planejando um símbolo das religiões afro-brasileiras para ser fixo e visível na cidade, a primeira ideia é que seja uma imagem em tamanho grande para fixar na Beira Rio de Imperatriz.

## CONCLUSÃO

Tendo percorrido todo o trajeto deste trabalho, percebemos que não somente a ASTERCMA, mas os povos de religiões afro-brasileiras usam o próprio sincretismo como forma de resistência. Em Imperatriz-MA, esses povos enfrentam desde a marginalização dos bairros em que seus terreiros estão localizados, preconceito religioso e muitas vezes negação aos seus direitos garantidos por lei, porém:

As relações de dominação são, simultaneamente, relações de resistência. Uma vez estabelecida, a dominação não se autoperpetua naturalmente. Na medida em que implica o uso do poder para extrair trabalho, bens, serviços e impostos contra a vontade dos dominados, a dominação gera uma considerável fricção. (SCOTT, 2013, p. 83)

As formas como se organizam, se motivam para a luta é uma forma de resistência, é também envolver a moralidade e as emoções para coesão do grupo. A resistência se dá desde a preparação dos eventos, se organizam de modo a conversarem entre si sobre as metas que querem atingir, ou algo do tipo “eles precisam saber que a gente existe”, toda uma articulação a fim de se ter notoriedade, subvertendo o chicote que os amarra e que os querem calar; querem escondê-los da “sociedade” eles escolhem o local (o de maior visibilidade possível), até a busca por apoio político e também das universidades para terem acesso a espaços seguros de debates e busca de conscientização das pessoas.

Essas são algumas das armas de que se munem para a luta resistente que vem desde a história colonizadora e devedora e que continua a subjugar-los. Mas os povos de terreiros não desistem, como eles mesmos cantam no Hino da Umbanda: “AVANTE FILHOS DE FÉ”, o próprio hino é capaz de encorajar a resistência, sobretudo inspirando as emoções como o amor, o respeito e o orgulho.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. AUDIÊNCIA PÚBLICA - 11.11.2021- quinta-feira. Disponível em: <https://youtu.be/-NL0C1d4uJM> ; <https://youtu.be/qkF-37hH25I> . Acesso em: 30/09/2022.

CLÍMACO, V. D.N.; ROCHA, M. V. S. **Incidências da Cultura Afro em Imperatriz –Ma**. Imperatriz-Ma: Ethos, 2012.

COSTA, Karoline Sousa. **Religiosidades Africanas em Imperatriz-Ma**: o Candomblé e a Umbanda (2008-2018). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão UEMASUL. Imperatriz, 2019.

DIAS, Ugo Leonardo Araujo. **O processo de regularização jurídica dos terreiros de Umbanda/ Candomblé do município de Imperatriz – MA**. Monografia (Graduação em Direito) Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2019.

FERRETTI, Mundicarmo. **A mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras**. Publicado em MAUÉS, R. e VILLACORTA, G. Pajelança e religiões afro-brasileiras. Belém: EDUFPA, 2008

FERRETTI, Sérgio F. **Sincretismo afro-basileiro e resistência cultural**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 4, n.8, p. 182-198, jun. 1998.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas das religiões afro-brasileiras no Maranhão**. XVIIª Semana Acadêmica e 11ª de Conferências religiosas. IESMA, São Luís, 20/10/2005.

Guia Mais. **Bairros da Cidade de Imperatriz**. Disponível em: <https://www.guiamais.com.br/bairros/imperatriz-ma>, acesso em 29/09/2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/23/22107>, acesso em 10/09/2022.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/imperatriz.html>, acesso em 10/09/2022.

LIMA, Polyana Almeida Frota. **“Eu fui escolhido por Deus”: memórias e musealidade no campo religioso em Imperatriz-MA**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz, 2022.

PEREIRA, J. Marmanillo; ARAUJO, A.Lima. **Alteridade na cidade do toque dos orixás**: visibilização e mobilização afro-religiosa em Imperatriz-MA. PRACS: revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 14, n. 3, p. 63-81, jul/set. 2021.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiros do axé**: Sociologia das religiões afro. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Referências sociais das religiões afro-brasileiras**: Sincretismo, Branqueamento, Africanização. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins**. Debates do NER. Porto Alegre, ano 12, N. 19, Jan/Jun. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. **Site oficial**. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>. Acesso em 29/09/2022.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013

SILVA, Enrico Paternostro Bueno da. **Para além da razão utilitarista**: moralidade e emoções na luta social. BIB, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017, pp. 41-56).